

BIOTECNOVOZ E GÊNERO- DISSONÂNCIA: A VOZ E O DISCURSO NO REALISMO AGENCIAL¹

BIOTECNOVOZ Y GÊNERO-DISONANCIA: VOZ Y DISCURSO EN EL REALISMO AGENCIAL

BIOTECHNOVOICE AND GENDER-DISSONANCE: VOICE AND DISCOURSE IN AGENTIAL
REALISM

Nathalia Muller Camozzato*

Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO: Dialogando os estudos do discurso de viés foucaultiano, os estudos queer/cuir, os estudos de gênero e os novos materialismos, o artigo propõe-se abordar a voz como um agenciamento (*assemblage*) entre discursos e materialidades, em todo caso, um emaranhado (*entanglement*) de elementos humanos e não-humanos. Entende-se que a materialidade e a agência (i.e produção de efeitos) da voz, que integra a rede do dispositivo da linguagem, é particularmente produtiva para a compreensão do fenômeno de intra-ação, conceito oriundo do realismo agencial, à luz dos estudos do discurso. O que o artigo faz é, apropriando-se das contribuições das teorias já citadas, elaborar os conceitos de biotecnovoz e gênero-dissonância, atinentes, a um só tempo, à agência intra-ativa da voz na materialização do gênero e a uma ética solicitada pelas dissidências sexuais e de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Novos Materialismos. Voz. Gênero.

RESUMÉN: Dialogando con los estudios foucaultianos del discurso, los estudios queer/curiosos, los estudios de género y los nuevos materialismos, el artículo propone ocuparse de la voz como un agenciamento entre discursos y materialidades, en todo caso, un enmarañado de elementos humanos y no humanos. Se entiende que la materialidad y la agencia (es decir, la producción de efectos) de la voz, que integra la red del dispositivo de lenguaje, es particularmente productiva para la comprensión del fenómeno de la intra-acción, un concepto proveniente del realismo agencial. Lo que hace el artículo es, apropiándose de los aportes de los estudios ya

¹ Alguns trechos deste texto também podem ser lidos na tese *Vozes Gênero-Dissonantes: Uma Cartografia Pós-Humanista*, defendida pela autora no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina em 2022. Agradeço ao Programa Uniedu da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina pelo recebimento de bolsa.

mencionados, proponer los conceptos de biotecnovoz y género-disonancia, relacionados, a su vez, con la agencia intra-activa de la voz en la materialización del género y una ética solicitada por las disidencias sexuales y de género.

PALABRAS-CLAVE: Discurso. Nuevos Materialismos. Voz. Género.

ABSTRACT: Dialoguing Foucauldian discourse studies, queer/cuir studies, gender studies and new materialisms, the article proposes to address the voice as an agency between discourses and materialities, in any case, an entanglement of human and non-human elements. It is understood that the materiality and agency (i.e. the production of effects) of the voice, which is part of the network of the language apparatus, is particularly productive for the understanding of the phenomenon of intra-action, a concept derived from agential realism. What the article does is, by appropriating the contributions of the studies already mentioned, to propose the concepts of biotechnovoice and gender-dissonance, concerning, at the same time, the intra-active agency of the voice in the materialization of gender and an ethics requested by sexual and gender dissidences.

KEYWORDS: Discourse. New Materialisms. Voice. Gender.

1 INTRODUÇÃO

As vertentes dos estudos pós-humanistas chamadas de realismo agencial e novos materialismos têm discutido, entre outras coisas, questões como a distribuição de agência entre humanos e não-humanos/mais-que-humanos, as brechas nas fronteiras entre matéria inerte e organismo vivo e entre orgânico e inorgânico, a inseparabilidade ontológica entre sujeito pesquisador e objeto a ser conhecido e os inextrincáveis agenciamentos entre linguagem e materialidade que perfazem os processos do mundialização (*worlding*), ou seja, o mundo tal qual o conhecemos e em seu contínuo devir (BARAD, 2014, 2017; BENNETT, 2010; KIRBY, 2018).

Esta pesquisa, na senda do que vem sendo feito por Butturi (2019, 2020, 2020a), por Camozzato (2022, 2022a) e por Butturi e Camozzato (2022, no prelo), propõe uma aproximação entre os estudos do discurso de viés foucaultiano, os estudos de gênero e sexualidade e os pós-humanismos e novos materialismos, ventilando a possibilidade de uma análise do discurso cuja topologia, além de lançar mão da analítica do poder, do dispositivo e do sujeito (FOUCAULT, 1995, 1996, 1999, 2003) legada pelo autor, também considere as onto-epistemologias nas quais não apenas o discurso é tomado em sua materialidade, como também a matéria é tida em sua discursividade, ou seja, em sua agência na produção de efeitos que, de modo intra-ativo (conceito de Karen Barad e ser elaborado a seguir), promoverão exclusões, efeitos de fronteiro e condições pelas quais o mundo se conforma em seus devires.

Para demonstrar essa aproximação, tratarei, neste artigo, da voz – e digo-o, literalmente da voz, som emitido, e não a voz como metáfora do enunciado ou de identidades e posições sociais, como, por exemplo, nos estudos do círculo de Bakhtin – como um objeto complexo cujas fronteiras emergem sempre local e parcialmente (HARAWAY, 2009). O que faço aqui é, cartografando os enquadramentos oferecidos à voz pelos campos teóricos dos estudos de gênero e estudos *queer/cuir*, dos estudos pós-humanistas e do realismo agencial, propor dois conceitos, vinculados entre si: o de **gênero-dissonância** e o de **biotecnovoz**. O primeiro, em diálogo com a noção de dissidências sexuais e de gênero, dirá do fracasso na reiteração gendrada (HALBERSTAM, 2020), do agonismo (FOUCAULT, 1995) e da resistência (FOUCAULT, 1999, 2001, 2003) operados pelos sujeitos e pela materialidade de suas vozes diante de uma tecnobiopolítica (HARAWAY, 1991; FOUCAULT, 2005, 2008; PRECIADO, 2018) que inventa e produz o dimorfismo sexual e os binários de gênero no substrato vocal, cindindo, por sua vez, em masculinidades e feminilidades naquilo que Preciado chamou de somatopolítica (PRECIADO, 2018). O segundo entende que, na voz, são emaranhados não discerníveis coisas como técnica e tecnologia (tecnó) e coisas da esfera do vivo e do organismo (bio), de modo que, se pensarmos em uma ontologia do vocálico, estaremos diante de um fenômeno de intra-ação (BARAD, 2017), em que a voz cabem agência e discursividades próprias.

Além desta introdução, na segunda seção atravesso as questões instauradas pela voz nos estudos de gênero e me acerco de algumas contribuições dos estudos *queer/cuir* para outras compreensões de voz, elaborando, nesse ínterim, o conceito de gênero-dissonância. Já na terceira e quarta seções, proponho a noção de biotecnovoz a partir de duas maiores zonas de diálogo teórico, na terceira seção, com as tomadas de Donna Haraway acerca da tecnologia e do continuum naturezacultura, e o tecnovivo de Paul

Beatriz Preciado e, na quarta, com o realismo agencial de Karen Barad e o vitalismo de Jane Bennett. Finalmente, na quinta seção, como forma de conclusão, retomo os conceitos de que este artigo se ocupa.

2 A GÊNERO-DISSONÂNCIA: CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS DE GÊNERO E QUEER/CUIR

Para chegar ao delineamento do fenômeno da gênero-dissonância, a seção se divide em duas subseções. Na primeira são discutidas as questões postas pela voz nos estudos de gênero, mormente na materialização do sexo de Judith Butler (2019), chegando-se ao esquadramento de uma tecnobiopolítica da voz, e, na segunda, são discutidos alguns aportes teóricos dos estudos queer/cuir na compreensão de algo como a voz.

2.1 COMO SOA O GÊNERO? A GÊNERO DISSONÂNCIA E A MATERIALIZAÇÃO DA VOZ

Como advertido por Deleuze e Guattari (1997), a primeira territorialização da voz se dará nos binários de gênero masculino e feminino. A par disso, início esta seção acompanhando como o modo como a voz foi ou não inscrita nas reflexões de Judith Butler acerca da performatividade de gênero. Como é sabido, para suas ponderações acerca do caráter recitativo e da materialização do gênero, Judith Butler (2003, 2019[1993]) utilizou sobremaneira o caso das performances *drag queen*, figura que dá a ver o caráter parodístico, performático e imitativo do próprio gênero. Butler (2003) opera com três níveis ao observar a performance *drag*: o nível anatômico, o nível da identidade de gênero e o nível performativo, níveis que estariam em dissonância entre si na performance, desnaturalizando a imagem unificada da mulher produzida na “[...] ficção reguladora da coerência heterossexual” (BUTLER, 2003, p.196).

A despeito do uso textual do termo “dissonância” feito por Butler (2003, p. 196), as formulações então tecidas pela filósofa estão, de certa forma, circunscritas aos níveis imagético e verbal, importando, nesse caso, a visualidade parodística da *drag queen*. Annete Schlichter (2011) argumenta que a voz é um elemento escamoteado nas teorizações de Judith Butler, especulando se tal silenciamento não se trataria de mais uma camada da tradição fonofóbica que Butler acaba herdando ao inscrever a desconstrução derridiana nos estudos de gênero. Por outro lado, Schlichter também recusa o que chama de “feminismo fonocêntrico”, que trataria da autêntica e ontológica voz (tomada literal ou metaforicamente, neste último caso a voz epíteto de autodeterminação ou poder de autorrepresentação) das mulheres, voz silenciada pelo patriarcado e que traria à tona uma relação natural e necessária entre corpo feminino e identidade feminina.

Assim, a vocalidade, para Schlichter (2011), deveria ser um elemento importante na teoria da performatividade de gênero, uma vez que é um espaço onde os processos de diferenciação de sexo/gênero são rotineiramente percebidos. Para pôr a vocalidade em questão, a autora retoma a cena da performance *drag queen*, considerando que, na produção de eficácia dessas performances, a voz da *drag* é silenciada e substituída pela voz de uma famosa cantora tocada em *playback*², em práticas de *lipsync*. Nesse sentido, Schlichter considera que a voz da *drag queen*, em sua alteridade, tem de ser reprimida em nome da inteligibilidade de gênero, uma vez que poderia ser disruptiva da performance de feminilidade naquilo que comporta de inadequada, desconcertante e não-familiar. Entra em jogo, portanto, uma colagem entre aparatos tecnológicos e corpos orgânicos. A voz passa, para Schlichter (2011), a ocupar um entrelugar em que, se pode operar em conjunção com a naturalização da heteronormatividade e cisgeneridade, também detém a potência de ser particularmente disjuntiva à ilusão da coerência de gênero e sexualidade.

A par das considerações de Schlichter, entendo que pode ser produtivo operar nas pistas deixadas por Butler e na abertura desse campo teórico a um objeto também evasivo e também corpo como a voz. Trata-se, neste caso, de aproximar a voz – entendida como um dos elementos corporais, não linguísticos açambarcados pelo/materializados no dispositivo de gênero – da discussão feita por

² As performances *lip sync* (em tradução literal “sincronia labial”), que emergem em subculturas gays, lésbicas, trans* e *drag queens* norte-americanas e logo se disseminam para outras esferas sociais (hoje há um quadro de *lip sync* é veiculado em um programa da rede Globo no domingo à tarde) e a produção de um gesto corporal/performático de produção de feminilidade que encarne as vozes de divas da música arregimentando tecnologias de si, tecnologias do poder e tecnologias de sonorização (JARMAN-IVENS, 2011) não são algo menor neste trabalho.

Butler acerca da materialização do sexo (BUTLER, 2019), naquilo que há entre uma exterioridade – o corpo e o limite que ele oferece, a matéria, propriamente – e os processos de recitação e produção de inteligibilidades e ontologias – âmbito discursivo.

Ao observar, na materialização do sexo, as práticas regulatórias, entendendo-se “sexo” como construto ideal e não um fato do corpo, Butler (2002), aposta que a diferença sexual é uma diferença material demarcada e conformada por uma prática discursiva. Alerta, ademais, que afirmar que a diferença sexual é indissociável das marcações discursivas não é o mesmo que afirmar que tais diferenças sexuais são causadas pelo discurso. Nesse sentido, como veremos adiante, há aqui uma importante zona de diálogo entre Judith Butler e Karen Barad.

Na analogia que traço entre o sexo de Butler (2019) e a compreensão de voz aqui esboçada, considerando, inclusive, a noção de voz como um dos chamados “caracteres sexuais secundários”, a **voz gênero-dissonante** – construto teórico que proponho para elaborar a materialização vocal na esfera das dissidências sexuais e de gênero – seria aquilo que, no processo reiterativo que perfaz a materialização vocal em uma economia gendrada, não se conforma ao nexu cisheterossexual que produz inteligibilidade para os sujeitos e corpos. O conceito de voz gênero-dissonante dirá de vozes cuja materialização desafia a distribuição entre normalidade e anormalidade, masculinidade e feminilidade, e que estão em agonismo com tecnobiopolíticas e os dispositivos que materializam corpos gendrados e sexuados e enquadram na zona da abjeção as divergências sexuais e de gênero. Ademais, tem-se, no diálogo com Butler, que as materialidades vocais não são um dado corporal sobre os quais o gênero é “artificialmente imposto”, mas estão imbricadas em uma norma cultural que governa a materialização dos corpos, promovendo as exclusões e as abjeções, relegando a corporeidades/subjectividades às zonas limite do reconhecível e do humano, zonas do fora das práticas identificatórias heterocentradas que possibilitam a produção de um sujeito normalizado.

O conceito de materialização dos corpos proposto por Butler, então, contempla o poder regulatório que dá inteligibilidade e torna possível o reconhecimento dos corpos e dos sujeitos ao propor a matéria como sujeita a uma estabilização que se dá ao longo do tempo de forma a produzir-se o efeito de fronteira, de fixidez e de superfície. A tentativa que faço é de incluir a materialização da voz na materialização do sexo, escutando na voz aquilo que falha à recitação e atentando aos efeitos de fronteira de gênero e de sexualidade que a atravessam. O que a reflexão solicita é um desvio das oposições metafísicas entre materialidade e idealidade para compreender como a performatividade ganha estatuto ontológico ou como a materialização é performativa.

Finalmente, perguntado como soa o gênero, torna-se fundamental dirigir-se, no dispositivo de gênero e sexualidade, a uma biopolítica (FOUCAULT, 2005) que age de modo a incluir e excluir as vozes em um diagrama que separa, de um lado o que seriam vozes normais (cindidas e entre vozes femininas e masculinas), e, de outro, as vozes racializadas, tornadas exceção e patologizadas – dissonâncias sexuais e de gênero. Encontro, então, um agenciamento em que são assomados saberes da fonética acústica e da fonoaudiologia e que cinde, disciplina e normaliza vozes “masculinas” e “femininas” a partir da frequência fundamental (f_0) – operando, portanto, uma categorização que diria respeito à vida natural: 120 Hz para homens e 210 Hz para mulheres, assumidos os chamados desvios padrão (SD) (TRANMÜLLER; ERIKSSON, 198?), variando para valores normais de 150 Hz para homens, 150 a 250 Hz para mulheres e acima de 250 Hz para crianças.

Em uma contiguidade entre ontologia de gênero e materialização do sexo, aqui da voz, produz-se um tipo de racialização na voz com base nas sonoridades reguladas pela hipernormatividade de gênero: vozes virilizadas (CIELO *et al.* 2011), ou seja, paradoxalmente “vozes femininas” que apresentam registros graves, f_0 em torno de 150 e 180 Hz, e vozes feminizadas, ou seja, “vozes masculinas” nos “limites” de f_0 de 140 a 150 Hz, o que estaria associado a “origens psicológicas” ou à “homossexualidade masculina”

2.2 VOZES QUEER/CUIR

Busco, nesta subseção, sustentando a cartografia da inscrição da voz nos estudos de gênero e sexualidade, atentar para como a voz emergiu em certos estudos assinados como queer/cuir. Uso a forma queer/cuir para dar a ver o tensionamento oriundo do trânsito teórico do norte para o sul global, o que deflagrará uma geopolítica da *queer theory* na lógica centro-periferia (PERRA, 2014; PEREIRA, 2012; RIVAS, 2011) e, simultaneamente, dirá de modos como, na periferia, os estudos *queer* sofrem transmutações,

hibridismos, hackeamentos e contrabandos, o que faz com quem proliferem diferenças e revisões críticas (MOMBAÇA, 2006; PERRA, 2014; PEREIRA, 2012; BUTTURI JUNIOR, 2020; PELÚCIO, 2014; RIVAS, 2011) e sejam solicitados outros pactos ontológicos e solos discursivos (BUTTURI JUNIOR, 2020).

A par do hibridismo e dos diferentes vértices envolvidos nas topologias dos estudos queer/cuir, não é demais lembrar os diferentes campos semânticos presentes no termo: se o que chamamos hoje de *queer* (e que remonta às declarações de Teresa De Lauretis acerca da produção de uma unidade de gênero dissidência para enfrentamento político, assomando-se às produções conceituais de Eve Sedgwick e Judith Butler, entre outros, e tornando-se um campo de estudos) advém de uma prática política de autodesignação que se apropria de uma injúria homofóbica, reiterando-a de modo diferencial e positivando um certo modo de estar mundo, também há que se ter em conta que “*to queer*” é um verbo cujo significado remete ao gesto de questionar. Tem-se, nesse sentido, um campo semântico – muitas vezes perdido na política de tradução da teoria, como aponta Rivas (2011) – que diz respeito tanto à dissidência à heteronorma e à desestabilização das identidades fixadas (sujeito *queer* pós-identitário) quanto um processo não culminativo de questionamento e estranhamento das naturalizações ontológicas de categorias como corpo, raça, sexo, desejo, gênero.

Como a voz tem sido endereçada pelos estudos queer/cuir? Uma das teorias cu/cuir do sul a mencionar, ainda que indiretamente, a voz e os regimes de audibilidade, encontro *Pode um cu mestiço falar?*, de Jota Mombaça (2015). Para falar de silenciamento e impossibilidade de fala de sujeitos negros, gênero dissidentes e periférico em contextos acadêmicos – para a autora, um dos braços do aparato colonial escravocrata –, Jota Mombaça (2015) traça um “paralelo metafórico” entre enunciados oriundos de pessoas dissidentes e subalternas e as frequências não percebidas pelo ouvido humano, ou seja, os infrassons e os ultrassons, respectivamente abaixo ou cima da faixa de frequência de ondas sonoras entre 20 e 20 000 Hz. À revelia de não serem percebidos pelo ouvido humano, tais sons compõem a paisagem sonora diante da qual todos seríamos surdos. Outra metáfora/materialidade sonora e ondulatória evocada por Mombaça é a do ruído: afora de um espectro sonoro e não inscritos em um regime de audibilidade, falas e saberes subalternizados devêm, no texto de Mombaça, ruídos e linhas de fuga que, desafiando e o contaminando a escuta politicamente regulada, atravessam-na à revelia dos aparatos para seu silenciamento. Em ressonância com a proposta de Mombaça, a tentativa é de inscrever, nesta cartografia, o ruído, a voz dissonante e o diagrama de escutas em sua materialização e não como uma forma de metaforização.

Também queer/cuir do sul é um modo de desestabilização da escuta binária e hierárquica que cinde vocalidades biopoliticamente distribuídas entre masculinas e femininas performativamente proposto por Daiane Jacobs (2015) nos estudos do teatro. Em sua cartografia das artes da cena, Jacobs propõe *queerizar* o corpo vocal em performance, acenando a dilatação de uma presença vocal que, como entrelugar em deriva, produzirá ranhuras na fixação da voz em imperativos de gênero e, na lógica do ruído e na dissonância, materializará na cena essas vozes desviantes, inexoravelmente implicando o público que as escuta. Gostaria de registrar como a insistência de Jacobs (2015) em marcar como *dissonantes* os corpos vocais *queer* – a categoria de que se vale – foi uma das ferramentas teóricas que, nesta cartografia, resultaram na elaboração conceitual da gênero-dissonância.

Chegando aos *queer studies* anglófonos, Freya Jarman-Ivens (2011) trabalha de forma bastante aberta com a noção de *queer*, detendo-se mais nos aspectos processuais, pós-identitários e desnaturalizadores que propriamente na variabilidade sexual e de gênero. *Voices queer*, para Jarman-Ivens, não seriam apenas determinadas vozes gênero-dissidentes, mas, dado seu potencial de desconexão com algo como a identidade do corpo, de desestabilização do significante e de manter abertas as possibilidades de múltiplas identidades de gênero, a voz seria, para a autora, ontologicamente queer.

Três argumentos norteiam a caracterização da voz (em si) como da ordem do *queer*: o primeiro é o fato de que, se voz é um índice do corpo em seu soar, ela não é redutível a ele; sendo um além do corpo (*plus de corps*, diz Dolar) (2011), **um terceiro espaço** entre o corpo e a linguagem. O segundo diz respeito à impossibilidade de circunscrever o espaço e a direção da voz em uma fonação, dado que ela se localiza justamente **entre** o falante e o ouvinte, no ir e vir entre um outro. Já o terceiro diz da voz como um elemento que permite questionar a estabilização e a naturalização das relações entre cromossomos, sexo, gênero e desejo sexual e, então, uma atenção à voz tem o potencial de demonstrar a incoerência, a instabilidade e a precariedade do processo que alinhava e normaliza

tais categorias. Pode-se dizer assim, que o que há não são categorias naturais para a voz, mas categorias naturalizadas e naturalizantes.

Enquanto *queer*, a voz se localiza nas fronteiras e, por isso, é disruptiva, perigosa e poderosa: um lembrete de nosso encontro com o outro na linguagem e dos efeitos desse encontro. A concepção da voz a partir do enquadramento *queer* permite um deslocamento da voz como da ordem do revelatório, ou seja, aquilo que desvelaria uma verdade anterior e pré-linguística que residiria no interior do sujeito (coisa que Jarman-Ivens caracteriza como concernente a uma ideologia da voz “natural” e “singular” de cada sujeito e cada corpo), para chegar ao já citado performativo e a seus efeitos.

A questão tecnológica é destacada por Jarman-Ivens dada sua importância no processo de estranhamento e desnaturalização da voz. A tecnologia aqui se desdobra enquanto tecnologia de produção de si (o que ela chama de tecnologias internas, as técnicas e os ajustes corporais empregados pelo sujeito quando usa de sua voz); tecnologia em sentido lato (ou as tecnologias externas, tais como aparatos tecnológicos, feito microfones, gravadores de voz, mecanismos para sua edição etc.); e as tecnologias do poder foucaultianas, que enlaçam, capturam e, sobretudo, produzem as duas outras formas de tecnologia (interna e externa).

Se Jarman-Ivens predica a voz como algo queer, Yvon Bonenfant (2010) alvitra a possibilidade de uma “escuta queer” (*queer listening*). O musicólogo trabalha o conceito de timbre, difícil de precisar, questionando a possibilidade da existência de algo como um timbre *queer*. É necessário salientar aqui que a noção de timbre – diferentemente de categorias que decompõem a complexidade de um som, como volume ou frequência – não é uma unidade mensurável, senão que multidimensional e, para Bonenfant (2010), muitas vezes evitada justamente por isso.

Timbre poderia ser rapidamente definido como a qualidade sonora que faz um som reconhecível. Por exemplo, se um oboé e um clarinete tocassem a mesma nota, na mesma altura, dir-se-ia que possuiriam diferentes timbres. A noção de timbre, ademais, aplica-se tanto para humanos quanto para não humanos. No caso da miríade de vozes humanas, o timbre é interceptado pela linguagem, pelos acentos, pelos agenciamentos de enunciação e pelas emoções – elementos que se aglutinam diante da tentativa de perscrutar o funcionamento de um “timbre *queer*” e os seus efeitos.

Para trabalhar com o timbre, Bonenfant aborda sua tatilidade, sua textura e, aproximando timbre e tecido, o autor texturiza o conceito de corpo vocal utilizado por Connor (2004) e Cavarero (2012): ao ser tocado pela matéria movida pelo tensionamento causado pelas ondas sonoras da vocalização (o corpo vocal de Connor), quem ouve assume e infere um corpo/alguém, e esse corpo vocal é produzido na tatilidade do encontro, ou seja, ouvir e sentir tatilmente são aproximados. A percepção de um corpo vocal a partir da escuta só pode se dar quando alguém é afetado tanto corporal quanto subjetivamente, haja vista a requintada responsividade que possuímos diante da voz humana.

Bonenfant (2010) está particularmente atento às territorialidades de sujeitos *queer* e suas negociações de desejo e sexualidade em um mundo heterocentrado – ou seja diferentemente do *queer* dispersivo de Jarman-Ivens, trata-se de um *queer* bem delimitado em determinadas vozes, corpos e subjetividades. A tatilidade do som, como uma forma social de toque que ativa respostas e reações em outros corpos, no caso *queer* diz de um processo de desvio, diz de uma desorientação e de uma outridade em relação a corpos vocais não *queer* – toque desviante, de dissonantes para dissonantes.

A escuta *queer* solicita uma atenção somática dirigida ao timbre das vozes de forma a captar quaisquer variações que possam remeter a uma identidade ressonante *queer* que toque a outros sujeitos também *queer* ou sensíveis a. Uma escuta dirigida que diz dos vínculos e negociações entre pessoas gênero dissidentes e, tal como formulo aqui, gênero-dissonantes. Remete, ainda, à busca e ao desejo por vozes que expressem desvios à cisheteronorma, tornando-se, portanto, uma escuta que possibilita encontros a partir de estímulos que deixam de ser apenas sonoros para se tornarem-se também táteis e, mais ainda, capazes de encetar toques carinhosos (*caress*).

Tais formas de toque e sensação de prazer e gratificação a partir dos corpos vocais não-normativos carregam, em uma cultura normativa, a pecha de ameaçadoras. Uma série de questionamentos são suscitados pelas reflexões de Bonenfant: a quais corpos é dado soar e sob que circunstâncias? Como o timbre vocal poderia ter efeitos em hierarquias de poder, como ameaçaria hegemonias?

Como a timbração das vozes e os regimes de canto estiveram presentes nas opressões e racismos da colonialidade? E mais ainda, como o silenciamento de determinadas vozes impede reações, afetos mediados justamente pela tutilidade do timbre? Como redes de poderes cis-hetero-normativos, racistas e coloniais operam para evitar que redes de afeto se formem a partir da tutilidade das vozes? Como a escuta pode ser recalibrada de forma que os toques, afetos e desejos queer, não normativos, racializados aconteçam e que efeitos isso teria no falar, no ouvir e no cantar?

Vistas as contribuições oferecidas pelos estudos queer/cuir para um tomada à voz, e, particularmente, para a formulação que aqui faço da voz gênero-dissonante, passo, na seção seguinte, às contribuições de Paul B. Preciado na elaboração que faço do conceito de biotecnovoz, que, por sua vez, será melhor compreendido a partir de uma aproximação dos estudos pós-humanistas e do realismo agencial.

3 BIOTECNOVOZ PARTE 1 – CONTRIBUIÇÕES DE PRECIADO

Neste momento, sobre a biotecnovoz, cabe descrever que se trata de uma articulação conceitual que faço a partir da noção de “tecnovivo” trabalhada por Paul Beatriz Preciado em *Testo Junquie* (2018) com as tecnologias da voz (tecnologias internas, tecnologias *stricto sensu* e as tecnologias do poder e do sujeito foucaultianas) de Jarman-Ivens (2011), remetendo ainda à materialidade do corpo e a própria voz como da esfera da coisa do vivo (bio). Compõem essa articulação, ademais, a espécie de conceito ampliado de biopolítica proposto por Haraway (1991), tecnobiopolítica, e o tecnobiodiscursivo, de Butturi Junior (2019).

Dada a sua agência nesta tomada de voz, gostaria de me deter um pouco na forma como tecnologia é concebida neste trabalho, mesmo que não busque fazer sua descrição genealógica. Ainda que tecnologia seja um ponto fulcral das teorias subjacentes à elaboração da biotecnovoz, nenhuma das autorias aqui mobilizadas nesta etapa do contorno da voz propôs-se delinear rigorosamente sua compreensão de tecnologia, de modo que parece-me que, tal como os dispositivos foucaultianos, tecnologia nesses arcabouços dirá de relações instáveis e estratégicas entre o discursivo e não discursivo, âmbito da técnica, da imanência e das racionalidades distintas, em cujas dispersão e deslocamento incidirão novas e inesperadas relações e capilarizações, o que acarretará mudanças nas subjetivações e nos modos de materialização e inteligibilidade do corpo e consolidando mecanismos sociais e de controle.

Donna Haraway (2009a[1985]), por exemplo, caracteriza a tecnologia simultaneamente pela sua ubiquidade e invisibilidade, o que a torna, de certo modo, análoga à sua incorporação criatural na figura do ciborgue. A territorialização de tecnologia, tomada aqui pela elaboração perversa e não-inocente de Haraway, é dada na continuidade entre animal-humano (organismo) e máquina, entre orgânico e inorgânico e entre natural e artificial. Desse modo, tanto na tecnologia tal como elaborado por Haraway na década de 1980, quanto na biotecnovoz, a máquina não constitui dominação e o corpo natural não constitui resistência: é na *simbiose* entre ambos que se darão as formas de disciplinamento e tecnobiopolítica e as formas de resistência, *hackeamento* e subversão. Não há que se perder de vista, contudo, que as perguntas feitas à tecnologia – agenciamento entre teoria, ciência, subjetividade, agência humana e não-humana – são, para Haraway (2009a [1985]), corporificadas: entre diferentes ciências e diferentes formas de cultura, entre organismos e máquinas, saber quem vive, quem morre e a que preço.

Passemos a Preciado. Ao cartografar a topologia do regime que chama de farmacopornográfico, Preciado (2018, p. 38) explicita “[...] os processos culturais, políticos e tecnológicos por meio dos quais o corpo enquanto artefato adquire um status natural” e cartografa como são materializadas ficções somatopolíticas da ordem do gênero³ – uma tecnologia biomolecular e semiótico-técnica. Importa que, aqui, discurso e corpo estão conjugados e não cindidos: um corpo *high-tech*, perpassado pela técnica e não anterior à *techné*, à linguagem, aos dispositivos.

³ Vale lembrar que já em *Manifesto Contrassexual* Preciado (2014) propunha um gênero protético, que não se dá senão na materialidade dos corpos, puramente construído e puramente orgânico, sugerindo que o dimorfismo sexual fosse substituído pela noção de corpos falantes, ou seja, propondo suplantiar a prerrogativa de uma verdade empírica do gênero para chegar a multiplicidades de configurações genéticas, hormonais, cromossômicas, genitais, sexuais e sensoriais.

Retornando à noção de tecnovivo, na esteira de Haraway (2009a[1985]) ela torna indiscerníveis tecnologia, dispositivos, discursos e corporalidade e permite pensar o tráfego dos corpos em mundos perpassados pelas tecnologias e pelos processos de significação sem que se busque para a materialidade do corpo uma verdade anterior e natural, biológica e a-histórica. Assim, a distinção aristotélica entre *bios* e *zoé* deveria ser transformada em “vida crua” e “vida biotecnológica”⁴. Nessa mesma linha é que a diferença entre dispositivo e ser vivente (já de certa forma presente nos escritos de Foucault e retomada por Agamben) é posta em questão, uma vez que o próprio ser tecnovivo emerge ele mesmo como dispositivo em um processo de uma tecnopolítica produtiva.

Se a voz não é de fato elaborada conceitualmente por Paul Preciado em sua obra, ela é um tropo que acaba por emergir diversas vezes: como materialidade da linguagem e como significante somatopolítico ou tecnossignificante do processo de gendramento dos corpos. Há toda uma série de passagens em suas publicações – sobretudo em *Testo Junquie* – em que o filósofo narra a modificação de sua voz sob a incidência da testosterona em gel que administra em si, relata a força orgásmica presente na voz de seus/suas amantes, de todo modo trechos em que a voz aparece como signo de desejo, de transgressão, de sexualidade, como signo prostético e como metáfora de autoria. “O que a excita é a minha voz em espanhol” (PRECIADO, 2018, p. 275).

Trago aqui alguns recortes de quando Paul B. Preciado investiu especificamente sobre a voz. Em *Testo Junquie* (PRECIADO, 2018), a testosterona é a protagonista do regime farmacopornográfico – seja como um hormônio discursivizado/inventado a partir de uma narrativa globalizante do começo do século XX de que se apropriou a biomedicina (secreção difusa e comunicante), seja como cadeia molecular, cuja sintetização farmacológica permite que outros sujeitos que não homens cisgêneros se apropriem dos biocódigos que são ficcionalmente tidos como concernentes à masculinidade. É relevante, nesse interim, a restrição feita à comercialização do hormônio sintético:

Até o momento nenhum estado ocidental aceitou a legalização da testosterona para aplicação em mulheres cis ou permitiu sua administração livre por elas, entendendo que essa situação arriscaria uma virilização semiótico-técnica da população feminina em nível social e político. Dois pequenos problemas somatopolíticos que modificariam a codificação visual e auditiva de gênero são a pilosidade facial e a mudança da voz. Parece estranho que, no Ocidente, no início do século XXI, em uma sociedade extremamente high tech na gestão da reprodução, a decodificação do gênero se reduza ao pelo facial e ao timbre da voz. Digamos então que o pelo facial e não o pênis e a vagina - ou os cromossomos x e y - são os significantes públicos culturais dominantes de gênero em nossa sociedade. Deixamos então de falar de homens e mulheres e digamos simplesmente corpos com pelo facial e sem pelo facial, corpos com voz aguda e com voz grave. Estas coisas não são só um detalhe, mas significantes políticos cruciais com a capacidade de colocar em questão a ideia de virilidade como prerrogativa natural dos homens. (PRECIADO, 2018, p. 242)

A proibição do livre consumo de testosterona por mulheres e outras pessoas não homens cisgêneros é justificada pela “virilização” do rosto e da voz induzida pelo hormônio, o que permite ao autor chegar às unidades mínimas da somatopolítica do gendramento: pilosidade e voz. Removidos os fetiches da diferença sexual anatômica – cromossomos e genitálias – nos deparamos com uma tecnobiopolítica que investe massivamente no controle da dispersão de biocódigos tidos como menores no processo somático de significação em termos de gênero e sexualidade.

A soma da noção de corpos falantes praticada por Preciado (2014) em seu *Manifesto Contrassexual* – ou seja, de corpos contrassexuais capazes de aceder aos diversos significantes em circulação em detrimento de uma diferenciação de gênero e sexo – com a noção de voz como um tecnobiossignificante somatopolítico do gendramento e, ainda, aliada às discussões da voz (JARMAN-IVENS, 2011) e da escuta *queer* (BONNEFANT, 2010) – voz como performativa e sem gênero (*genderless*) em si mesma, presentes na subseção anterior – permite desvelar a suposta naturalidade com que uma voz soa, a suposta verdade corporal que ela deflagraria (um corpo que seria sexualizado e generificado antes da técnica e da performatividade) para chegar-se àquilo que proponho como biotecnovoz: puramente orgânica e puramente construída.

⁴ Essa distinção mesma é posta em xeque pelos novos materialismos por meio dos conceitos de coisa-poder (BENNET, 2011) e intra-ação (BARAD, 2017), como será visto na próxima seção.

Como nos ensina Preciado, a nova compreensão do espaço e do corpo, do poder e do sujeito demanda também uma nova tônica analítica que transponha a noção biopolítica foucaultiana para novas arquiteturas disciplinares inscritas nas cavidades e secreções do corpo a partir, por exemplo, das técnicas e conhecimentos endocrinológicos (caso dos hormônios, especialmente a testosterona). Nessa nova arquitetura biopolítica, a biotecnovoz insta a averiguar como os conhecimentos biomédicos (dos especialistas, endocrinologistas, otorrinolaringologistas, fonaudiólogas/os), linguísticos, musicológicos e das artes cênicas, além dos saberes dos meios de comunicação, dos dispositivos da música popular, o repertório vocálico produzido localmente nos diversos universos perpassados pela voz, entre outros, como todos esses elementos heterogêneos estão emaranhados com materialidades corporais e produzem uma dada arquitetura para a voz que incide na interioridade do corpo, na sua emanção fônica e nas somatopolíticas aí implicadas. Se no tecnovivo, “corpo vivente” e técnica são indiferenciados, também na biotecnovoz a voz é indiferenciável da técnica nela investida.

Busco em outra narrativa de Preciado de sua voz, dar a ver o funcionamento da biotecnovoz. Em *Un apartamento en Uranos* (PRECIADO, 2019), livro de crônicas, há uma que chama *Cambiar de Voz* (“Mudar de voz”). Nela Preciado nos conta sua experiência de ter sua voz modificada pela administração de testosterona, conduz-nos pelo processo de “acostumar-se” à sua nova voz (continuamente renovado, dado que sua voz segue variando com o passar do tempo), relata o estranhamento diante de uma voz não familiar, e narra como se dão as cenas de (auto)reconhecimento no corpo mutável e investido pela testosterona consumida. Seu relato solicita deslocar o índice de subjetividade de uma voz única e estável em que o sujeito se reconheça e compreender essa renovada perda da voz como índice ontoteológico de soberania do sujeito.

A reiterada duração da experiência de possuir uma “nova voz” lhe permite observar como todo seu corpo é recodificado a partir das frequências em que vibra seu falar. A fixidez de uma anatomia cindida e compartimentalizada em diferença sexual binária é substituída pela mobilidade do trânsito da voz como um biocódigo a ser capturado pelo processo de gendramento: “*Esta voz aparentemente masculina recodifica mi cuerpo e lo libera de verificación anatómica. La violencia epistémica del binarismo sexual y de género reduce la radical heterogeneidad de esa nueva voz a la masculinidad. La voz es el amo de la verdad*” (PRECIADO, 2019, p.170).

Preciado não mobiliza a sua voz para se subjetivar na zona da masculinidade, optando por relatar sua experiência vocal como um lugar de experimentação e dessubjetivação, passagem de fluxos, frequências, vibrações, deslocamentos e modificações a partir de aparatos biotecnopolíticos – não de recitação ou reiteração. Diz:

La voz habla a través de mi cuerpo no se acuerda de si misma. Tampoco el rostro mutante puede servir como un lugar estable para que la voz busque un territorio de identificación. Esa voz cambiante no es ni simplemente una ni simplemente masculina. Por el contrario, declina la subjetividad en plural: no dice yo, dice somos el viaje [...] desposeído de la voz como la verdad del sujeto y sabiendo que los testículos son siempre un aparato social prostético, me siento un cómico caso de estudio derridiano y me río de mi mismo. Y al réirme noto que esta voz nueva salta en mi garganta.

A breve leitura da crônica de Preciado (2019) a partir de uma noção de biotecnovoz nos permite compreender como, conceitualmente, a voz pode ser simultaneamente investida por uma tecnobiopolítica, mas também índice de dessubjetivação que mobilizarão fluxos prostéticos e reenvios de biocódigos como unidades significantes. A título de finalização desta seção, aponto que, no contorno de sentido em que busco a voz como um objeto, já não se trata de uma compreensão da vida e da história como efeito de regimes discursivos, como era comum em 1970 e 1980, mas, sim, de “ [...] defendermos o uso de produções discursivas como partes interessantes em um processo mais amplo da materialização técnica da vida que está acontecendo no planeta” (PRECIADO, 2018, p. 368). Nessa esteira, passo, na próxima subseção, a discutir as contribuições dos pós-humanismos, mormente o realismo agencial e os neomaterialismos, para a biotecnovoz.

4 BIOTECNOVOZ PARTE 2 – NOVOS MATERIALISMOS E REALISMO AGENCIAL

Ao passar para as contribuições neomaterialistas e pós-humanistas para o delineamento do conceito de biotecnovoz, gostaria agora de, a partir das discussões abarcadas pelo guarda-chuva teórico “pós-humanismo” descentrar um pouco o humano no que diz

respeito à vocalidade e propor a voz menos como um “objeto” – visto o borramento que tais discussões efetuam entre sujeito cognoscente e objeto a ser conhecido (BARAD, 2017; KIRBY, 2018) – e mais como um agenciamento entre humanos e não-humanos, discursividades e materialidades. Antecipo, aqui, que não se trata de negar a existência do humano – categoria que, como Haraway (1993) nos aponta, deve ser redimensionada, mas da qual não podemos nos livrar facilmente dada sua íntima relação com a distribuição de direitos e liberdades – ou da voz como uma das características de nossa espécie/ontologia, mas, sim, questionar o estatuto da voz na esfera do sujeito do antropocentrismo.

Sobre os estudos pós-humanistas, como dito, abarcam uma sorte de reflexões que, além de compartilharem o prefixo “pós” (*post*), propõem um questionamento do que é ser “humano” e formas de engajamento ético-onto-epistemológicos. Além de pôr em xeque a construção do humano como uma unidade comum e compartilhada universalmente visto ser, na verdade, localizada histórica e geograficamente e pautada no indivíduo, interessa-me sobretudo uma rejeição da separação entre humano e natureza (estendida ao dualismo cultura e natureza) e entre humano e não-humano – pensando-se aqui na possibilidade de um *continuum* natureza/cultura (BRAIDOTTI, 2013; HARAWAY, 2016) – e, nesse ínterim, a apropriação feita por diferentes teóricas/os do conceito de Deleuze e Guattari de agenciamento (na literatura anglófona *assemblage*, em todo caso, referindo-se aos enredamentos e relações das coisas em sua mutabilidade e devir) para colocar lado a lado, não hierarquicamente, linguagem, discurso e materialidade (BARAD, 2014; PENYCOOK, 2018; BENNET, 2010), sob a forma de intra-ação (BARAD, 2017) entre matéria e discurso, pensando-se em uma distribuição das agências e afetos humanos e não humanos no acontecer político e ecológico do mundo (BENNET, 2010).

Nesse sentido, proponho para a vocalidade um diálogo com as teorias pós-humanistas como forma de questionar: como um certo enquadramento da voz, sua inserção no registro da normalidade ou da abjeção (sobretudo no âmbito da colonialidade de gênero) (LUGONES, 2008) faz dos sujeitos mais ou menos humanos, mais próximos ou distantes da unidade “humano”? O que há na voz, em sua relação íntima com a matéria – do corpo humano e do corpo das coisas onde suas ondas ressoam, difratem, ecoam – que ameaça a idealidade do construto humano e o sujeito do humanismo caracterizado pela autodeterminação? O que a voz faz, qual a sua agência e como o faz? Com que outras espécies companheiras a voz é compartilhada? Em quais agenciamentos podemos encontrar a voz, o que há de vibrátil nessas relações? O que na voz aponta para aquilo que há de não-humano e material na esfera dos corpos humanos?

A partir desses questionamentos passo a, em um exercício reflexivo, dialogar com as teorias dos novos materialismos que, embora não se ocupem da voz propriamente, oferecem subsídios teóricos (como a relação entre interioridade e exterioridade no realismo agencial, a noção de agência, corte agencial, intra-ação e performatividade pós-humana ou ainda o desafio à distinção entre vida e matéria) que permitem um deslocamento das concepções de voz que privilegiam sua remissão à linguagem e ao sujeito.

Parto do realismo agencial de Karen Barad. Barad, a partir de uma discussão sobre a materialidade enquanto performatividade, está atentando para a matéria em sua historicidade, enquanto substância que produz exclusão no devir intra-ativo e iterativo do mundo, o que se dá por meio de processos de diferenciação. Trata-se, então, da matéria circulando através de gêneros, espécies, espaços, conhecimentos, sexualidades, subjetividades e temporalidades (BARAD, 2014).

Para dialogar com os conceitos de Barad e propor um possível enquadramento da voz a partir daí é necessário entender quais deslocamentos epistemológicos e ontológicos são propostos. Assim, passo a tentar rapidamente explicar suas principais formulações, entendendo que descrevê-las exaustivamente demandaria uma incursão que extrapola os limites e anseios deste trabalho. Primeiramente, há que se ter em mente que no, realismo agencial, são borradas as noções de causa e efeito, biologia e cultura, de agência como atributo individual e também a distinção entre sujeito e objeto. O conceito de performatividade pós-humanista (BARAD, 2017) solicita um descentramento do representacionismo, coisa já pautada pelo conceito de performatividade. À performatividade como trabalhada por Judith Butler, contudo, Barad oferece uma elaboração materialista, naturalista e pós-humanista, o que quer dizer que a autora inclui a matéria no âmbito do performativo enquanto participante ativa no devir do mundo.

Em outras palavras, o que se tem é uma percepção filosófica de que não há representações de um lado e, de outro, entidades ontologicamente separadas à espera de materialização. Pensando-a como emaranhado (*entanglement*) discursivo-material para

além do relata entre palavras e coisas, é que Barad propõe que os efeitos da performatividade não se restringem à produção de sujeito, incluindo também a materialização, isto é, a produção da própria matéria dos corpos (humanos ou não) a partir de uma noção de causalidade outra que não recaia em uma relação consecutiva que diz das forças discursivas (em primeiro plano) incidindo sobre a matéria. Na “onto-epistem-ologia” de Barad, não há exterioridade entre o material e o discursivo: “Nem as práticas discursivas nem os fenômenos materiais são ontológica ou epistemologicamente prévios. Nenhum pode ser explicado nos termos do outro. Nenhum tem status privilegiado para delimitar o outro” (BARAD, 2017, p. 26).

Alguns conceitos importam aqui. O primeiro é o de agência que deixa de ser um atributo (sobretudo humano) e passa a dizer respeito ao contínuo reconfigurar do mundo em seus devires. Outro conceito importante é o de intra-ação, que responde a como se dá a produção de diferenças, como o mundo devém historicamente, a partir de uma noção de que um evento não é uno, mas um aglutinado. A definição de intra-ação é, cito: “práticas excludentes/específicas corporizadas como configurações materiais de mundo (i.e: práticas discursivas/(con)figurações, mais que ‘palavras’) e fenômenos materiais específicos (i.e. relações, mais que coisas). Tal relação causal entre os dispositivos de produção corpórea e o fenômeno produzido é uma de ‘intra-ação agencial” (BARAD, 2017, p.19).

Noções de agência e intra-ação propiciam o que seria a abordagem realista agencial, ou seja, a saída dos alicerces metafísicos do representacionismo para uma ontologia realista agencial, que enquadra não o relata entre palavras e coisas, a discussão de transparência e opacidade da linguagem e nem a teorização do humano como causa ou efeito, mas, sim, a agência nas práticas entrelaçadas de conhecimento (parte do mundo dando-se a conhecer à outra) e devir. A produção de corpos materiais, nesse ínterim, se dá a partir de intra-ações.

Arrisco me estender mais nessa intrincada concepção de performatividade porque ela propõe um salto qualitativo no modo como práticas discursivas são caracterizadas: passam a ser (re)configurações materiais específicas do mundo pelas quais determinações locais de fronteira, propriedades e significados são diferencialmente operadas. Nesse sentido, a matéria deixa de ser suporte, referente ou fonte de viabilidade para o discurso e passa a ser tomada ela mesma como discurso enquanto *algo que restringe e exclui*.

As dinâmicas de intra-atividade implicam a matéria como agente ativo do mundo em sua contínua materialização e o processo de significação, não mais humano ou linguístico, torna-se um processo agencial (produção de efeitos e de diferenças). Por outro lado, o discurso não é mais tido como elemento diferencial entre o humano e o não-humano e as práticas discursivas “[...] são intra-ações agenciais contínuas do mundo pelas quais a determinação local é operada dentro dos fenômenos produzidos. Práticas discursivas são intra-ações causais – elas operam estruturas causais locais pelas quais um ‘componente’ (o ‘efeito’) do fenômeno é marcado por outro ‘componente’ (a ‘causa’) em sua articulação diferencial” (BARAD, 2017, p.25).

Concluindo o caminho proposto por Karen Barad, nas relações da ordem “natureza x cultura” (e na falsa dicotomia que elas instauram), a autora nos adverte que a cultura pode modelar ou inscrever a natureza, mas ela não a produz materialmente. Como resposta ao ultra-construtivismo, ela oferece a instigante pergunta: como a cultura pode produzir (a natureza, a materialidade) algo da qual é ontologicamente diferente? Qual o mecanismo de produção? Dessa forma, a intra-atividade não é nem “determinismo estrito, nem liberdade irrestrita” (BARAD, 2017, p. 29-30) e a performatividade, agora diferentemente daquela proposta por Butler, não é citacionalidade iterativa, mas *intra-atividade iterativa*, o que quer dizer que não se trata da matéria (passiva) adequando-se ao discurso (ativo), mas de uma intra-ação entre ambos.

Entendo que a voz ocupa uma posição bastante singular nas relações reciprocamente constitutivas (isto é, intra-ativas) entre materialidade e discurso, ou materialidade e linguagem, por estar em um lugar em que a inseparabilidade de ambos torna-se muito evidente/audível. Poderíamos pensar na articulação da voz no dizer não como um investimento do discurso no corpo, conformando-o e a seus sons, mas, sim, enquadrar a incidência das possibilidades de produção sonora que corpo pode articular (em suas limitações materiais/nas exclusões produzidas por sua materialidade, por exemplo, o *setting articulatório*) como um dos elementos material-performativos que incidem na possibilidade de produzir discurso e, aí, sujeito. Outra questão importante que emerge ao se pensar a voz à luz do conceito de intra-ação é como se dá aí uma intra-ação muito específica: se é a língua(gem), como um dispositivo, tal qual formulado por Agamben (2009), que produz a possibilidade mesma de objetivação da “voz”, em seus

contornos e fronteiras, tal língua(gem) está, simultaneamente, imersa na materialidade corporal/sonora. A intra-ação, então, não estaria apenas entre o dispositivo e os efeitos que produz, mas no dispositivo mesmo: aqui, linguagem e voz, simultaneamente.

Retomando o arcabouço conceitual até aqui cartografado, interessa-me alinhar o novo materialismo de Karen Barad à noção de biotecnovoz, a partir de Jarman Ivens (2011) e Preciado (2018), de forma que a voz seja pensada como um emaranhado discursivo-tecnológico-material, cujo funcionamento performático se dá tanto à revelia da intencionalidade do sujeito por ela corporificado (não se trata aqui de um inconsciente da voz, mas das exclusões que sua materialidade performatiza), quanto mediante possibilidades discurso-tecnológicas de agência, distribuídas entre a linguagem em que a voz se diz, na materialidade do corpo e na produção de si do sujeito – por meio de diferentes técnicas.

Deslocando-me para uma perspectiva vitalista, mobilizo também Jane Bennett (2010), quem postula a possibilidade de um materialismo vital (*vital materialism*) que demanda que sejam repensadas tanto a noção de agência (tal como Barad) quanto as dicotomias binárias onto-teológicas como matéria inerte e organismo vivo, sujeito e objeto, orgânico e inorgânico, mecanicismo e vitalismo, de forma a produzir-se um vocabulário e uma sintaxe que deem conta de discernir melhor os poderes ativos dos atores não-humanos ou nem tão humanos (*not-quite-humans*). Emerge, então, o conceito de “Poder-Coisa” ou “Poder da Coisa” (*Thing-Power*) (BENNETT, 2010). O “Poder-Coisa” é um poder positivo, não corresponde apenas à recalcitrância da matéria (sua negatividade, sua capacidade de excluir e limitar, sua relutância a dar-se a conhecer), mas a uma agência e uma criatividade. Há no “poder-coisa” a vitalidade vibrátil presente nas coisas a afetar e a causar efeitos em outros corpos à revelia de uma subjetividade humana, um poder que é índice do intangível e do imponderável: o “Poder-Coisa” situa-se na zona de estranheza, no limite absoluto da inteligibilidade.

Ainda que a “Coisa-Poder” esteja, aqui, associada à matéria e não à humanidade, para Bennett, o próprio poder de que dispõem sujeitos humanos como atores – termo que empresta de Bruno Latour – refere-se ao poder-coisa que os(nos) atravessa, de forma que os poderes distribuídos pela humanidade seriam evidências da própria constituição humana como uma materialidade vital. Dessa forma, tal como a noção de discurso a partir da materialidade cunhada por Barad, o poder-coisa também revela as dimensões de exclusão da materialidade e os efeitos por ela produzido. “In other words, human power is itself a kind of thing-power” (BENNETT, 2010, p.10). Trata-se aqui de pensar o “It” no “I” (a “coisa” no “eu”), o mineral de nossos ossos, o metal em nosso sangue, a eletricidade dos neurônios, o composto gasoso em nossos pulmões e gargantas, aquilo que, na própria corporeidade humana em agenciamento com outros corpos (novamente, humanos ou não humanos) é um excesso para o sujeito do humanismo. “*On close-enough inspection, the productive power that engendered an effect will turn out to be a confederacy, and the human actants within it will themselves turn out to be a confederation of tools, microbes, minerals, sounds, and other ‘foreign’ materialities.*” (BENNETT, 2010, p.36).

De Bennett (2011) gostaria de realçar, além do caráter “*alien*” da materialidade para o sujeito, também sua formulação de que qualquer agência ou poder humano só se dá em relação a outros corpos e materialidades sob a forma de um agenciamento (*assemblage*) em um campo heterogêneo, considerando-se que o agenciamento, como proposto por Deleuze e Guattari, é uma soma não totalizável. O agenciamento não produz efeitos a partir de um esforço ou intencionalidade individual de um de seus elementos, não há centro regulador, apenas fluxos e intensidades e causalidades abertas, limites difusos e relacionais a partir das relações entre os diversos membros, materiais vibrantes de toda a sorte e, ainda, os novos efeitos aí gerados em uma limitada vida útil.

Essas pistas oferecidas (agência, agenciamento, intra-atividade, realismo agencial, materialismo vital e performatividade pós-humanista) por ambas as neomaterialistas permitem-me ensaiar pensar a voz liberta do escopo de um certo humanismo, logo, pensá-la não apenas vinculada à linguagem (língua) e à intencionalidade humana, não apenas como efeito de um processo de subjetivação ou construída a partir da interpelação pela linguagem, mas pensá-la como coisa (tal como Bennett), caracterizada por uma materialidade vibrante e por um poder positivo, em dinâmica intra-ativa e que, emaranhada em um agenciamento, têm agência e produz efeitos – diversos exemplos analíticos dessa agência podem ser lidos em Camozzato (2022). A voz, tal como coisa não-humana ou nem-tão-humana, é um desses excessos materiais implicados na corporeidade humana, espécie de “alien” ondulatório, aéreo e vibracional imiscuído no dispositivo da linguagem (AGAMBEN, 2009), o mais requisitado dos dispositivos para justificar a suposta excepcionalidade da agência humana diante de outras agências (PENYCOOK, 2018).

5 CONCLUSÃO E RETOMADA

Concluindo o artigo, não é demais retomar aqui que o conceito de biotecnovoz é elaborado a partir de outro nome de que lanço mão: a gênero-dissonância. A gênero dissonância, dialoga com a expressão “gênero dissidente” – que vem sendo utilizada tanto por grupos acadêmicos quanto por movimentos sociais como forma de referenciar as diferentes configurações de gênero e sexualidade que compõem a comunidade LGBTQIAP+ ou as subjetividades queer/cuir, sem contudo, remontar a uma suposta unidade coesa que caracterizaria o grupo – e, de certo modo, rematerializa o adjetivo “disonante”, cujas ocorrências tendem menos a indicar o aspecto vibracional e sonoro da dissonância e mais apontar, metaforicamente, para aquilo que difere de determinada norma.

Assim, a gênero-dissonância diz respeito a algo como uma heterogeneidade do soar das vozes diante de uma disposição binária que inventa e produz o gênero no substrato vocal, dissonância vocal, como uma falha – inclusive, como Butler (2003) nos aponta, constitutiva – no processo de recitação da espécie de afinação vocal que caracteriza a distribuição das vozes entre normais e anormais, cisheterossexuais ou dissidentes, territorializando as vozes binariamente em masculinas ou femininas, aliás como já sabemos, segundo Deleuze e Guattari (1997), sua primeira inscrição.

O conceito de biotecnovoz, como visto, é produzido em diálogo com o trabalho de Butturi Junior (2019), que opera com o tecnobiodiscursivo; de Donna Haraway (1991), que propõe que a biopolítica seja ampliada para tecnobiopolítica; e de Preciado (2018), no regime farmacopornográfico. Como já foi dito, o conceito:

- (i) entende interpenetradas e não separáveis, natureza cultura e emaranhado material-semiótico (HARAWAY, 2009, 2016) a esfera do vivo (bio) e as técnicas, tecnologias, discursos e dispositivos que delimitam, em intra-ações, suas fronteiras (BARAD, 2017);
- (ii) parte de uma compreensão neomaterialista de discurso (BARAD, 2017), ou seja, solicita uma discursividade da matéria e não uma discursividade que conforma a matéria;
- (iii) avalia a distribuição de agências entre humanos, não humanos e mais que humanos, pressupondo a matéria – incluída aí a condição corporal do sujeito – como dotada de um poder e de uma vibratibilidade (BENNET, 2010);
- (iv) não possui uma unidade objetual definível fora dos agenciamentos locais;
- (v) finalmente, está na esfera do regime farmacopornográfico de Preciado (2018), o que lhe faz também ser linha de poderes-prazeres, além de ser “Puramente orgânica e puramente construída”, tal como diria Paul B. Preciado em *Testo Junque* (2018) acerca do gênero.

Tendo em conta esse enquadramento, o que quero contemplar com o conceito de biotecnovoz é a espécie de simbiose da ordem da naturezicultura (HARAWAY, 2016) que caracteriza a intra-ação entre linguagem, dispositivos, tecnologias, representações e performativos de gênero, distribuição diferencial de precariedade (BUTLER, 2018) e a materialidade vibrante dos elementos acima citados que compõem a voz e que agencialmente constituem-na como tal.

A ideia, finalmente, é que a voz seja pensada como um emaranhado discursivo-semiótico-material cuja performatividade (intra-ativa) se dá tanto à revelia da intencionalidade (ou excepcionalidade) do sujeito por ela corporificado, nas exclusões que sua materialidade performatiza, quanto mediante possibilidades discursivo-tecnológicas de agência, distribuídas entre a linguagem em que a voz se diz, entre a materialidade (não recalitrante) do corpo e entre a produção de si do sujeito – por meio de diferentes técnicas. Futuros trabalhos operarão análises com os conceitos, demonstrando sua produtividade.

REFERÊNCIAS

BARAD, K. Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. Trad. Thereza Rocha. *Vazantes*, v.1, n.1, 2017.

- BARAD, K. Re-membering the Future, Re(con)figuring the Past: Temporality, Materiality, and Justice-to-Come. *Feminist Theory Workshop Keynote*. Duke University, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cS7szDFwXyg> Acesso em: 2 maio. 2020.
- BENNET, J. *Vibrant Matter - A Political Ecology of Things*. Londres: Duke University Press, 2010.
- BONENFANT, Y. Queer Listening to Queer Vocal Timbres. *Performance Research*. v.15, n.3, p.74-80, 2010.
- BRAIDOTTI, R. *The Posthuman*. Cambridge: Polity Press, 2013.
- BUTLER, J. *Corpos que importam – os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1 edições, 2019.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, J. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. Por Baujeke Prins e Irene Costera Meijer. *Revista Estudos Feministas*. v.10, n.1. Florianópolis, jan. 2002.
- BUTTURI JUNIOR, A. Bio-Cu-Ir: uma leitura sobre poderes, racialização e resistências no Brasil. 2020. In: MITIDIERI, A. (org.). *Revisões do cânone*. Uberlândia: O sexo e a palavra, 2020. p. 265-295.
- BUTTURI JUNIOR, A. A polivalência tática dos discursos sobre a soropositividade e os dispositivos do Fast Foda, *Cadernos Discursivos*, Catalão-GO, v. 1 n 1, p. 21-39, 2020a. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/595/o/2Artigo_2_2020.pdf Acesso em: 4 abr. 2022.
- BUTTURI JUNIOR, A. O HIV, o ciborgue, o tecnobiodiscursivo. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 58, n. 2, p. 637-657, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8655554>. Acesso em: 29 abr. 2022.
- BUTTURI JUNIOR, A.; CAMOZZATO, N. M. Linguagem, Tecnologia e Realismo Agencial. Ciclo de Palestras UPLA – PPGEL. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jvqWZkcc7zE> Acesso em: 30 ago. 2022.
- BUTTURI JUNIOR, A. CAMOZZATO, N. M. Por uma análise neomaterialista dos discursos. No prelo.
- CAMOZZATO, N. M. *Vozes Gênero-Dissonantes: uma cartografia pós-humanista*. 2022. 257 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2022.
- CAMOZZATO, N. M. O “perdigoto” e o SarS-Cov-2: a voz em mundos pós-humanos. *Acta Scientiarum* (UEM), v. 44, n. 1, p. 58769, 2022a. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/58769/751375154217> Acesso em: 15 mai. 2022.
- CAVARERO, Adriana; LANGIONE, Matt. The Vocal Body: Extract from a Philosophical Encyclopedia of the Body. *Qui Parle: Critical Humanities and Social Sciences*, v.21, n.1. 2012.
- CIELO, C. A. et al. Lesões organofuncionais do tipo nódulos, Pólipos e Edema de Reinke. *Revista CEFAC*. v. 4, n.3, p. 735-748, jul.-ago. 2011. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/6ddNMKmYXkFZtXn7hmBMnhI/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 15 out. 2021.

- CONNOR, Steven. *The Strains of Voice*. (Tradução feita por Holger Wölfe de um ensaio que apareceu pela primeira vez em: FELDERER, Brigitte. *Phonorama, Eine Kultuergestchithe der Stimme als Medium*. Berlin: Matthes and Seitz. 2004. p.158-172. Disponível em: <https://stevenconnor.com/>. Acesso: 6 fev. 2020.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* – vol. 4. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1997.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade* – Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, M. *Ditos & escritos IV: estratégia Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, M. Não ao sexo rei. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001. p. 229-242.
- FOUCAULT, M. *história da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1999.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola Edições, 1996.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW; P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231- 249.
- HALBERSTAM, J. *A arte queer do fracasso*. Recife: CEPE, 2020.
- HARAWAY, D. J. *Staying with the Problem: Making Kin in the Chthulucene* Durham: Duke University Press, 2016.
- HARAWAY, D. J. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773> Acesso em: 15 nov. 2021.
- HARAWAY, D. J. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. (org.). *Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2009a. p 33-118.
- HARAWAY, D. J. O Humano numa paisagem Pós-Humanista. *Revista Estudos Feministas*, v.1, n.2, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/%25x> Acesso em: 5 abr. 2022.
- HARAWAY, D. J. *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature*. New York: Routledge, 1991.
- JACOBS, D. D. S. *Possível cartografia para um corpo vocal queer em performance*. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Teatro, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- JARMAN-IVENS, F. *Queer Voices – Technologies, Vocalities, and the Musical Flaw*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- KIRBY, V. Telling Flesh – The Body as the Scene of Writing. *Figurationen*, v.19, n.2. 2018. Disponível em: <https://www.degruyter.com/view/journals/figurationen/19/2/article-p64.xml> Acesso em: Jun. 2020.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*. v.22, n.3., set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v22n3/13.pdf> Acesso em: Jun. 2020.

MOMBAÇA, J. *Pode um cu mestiço falar?* 2015. Disponível em: <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee> Acesso em: 4 dez. 2021.

MOMBAÇA, J. *Para desaprender o queer dos trópicos: Stonewall não foi aqui.* 2016. Disponível em: <http://www.ssexbbox.com/para-desaprender-o-queer-dos-tropicos-stonewall-nao-foi-aqui>. Acesso em: 4 ago. 2016.

PELÚCIO, L. Traduções ou torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil. *Periódicus*, n.1, paginação irregular, maio-out. 2014.

PENNYCOOK, A. *Posthumanist Applied Linguistics*. London, New York: Routledge, 2018.

PERRA, H. de. Interpretações imundas de como a *Teoria Queer* coloniza nosso contexto *sudaca*, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma. *Revista Periódicus*, v.1, n. 2, 2014-2015. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/12896/9216>. Acesso em 3 jul. 2016.

PEREIRA, P. P. G. *Queer nos trópicos. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 2, n.2, p. 371-394, jul.-dez. 2012.

PRECIADO, P. B. *Un Apartamento en Urano*. Crónicas del Cruce. Barcelona: Editorial Anagrama, 2019.

PRECIADO, P. B. *Testo Junkie: drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro e Veronica Daminelli Fernandes. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PRECIADO, P. B. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

RIVAS, F. “Diga ‘queer’ con la lengua afuera”: Sobre las confusiones del debate latinoamericano. In: *Por un feminismo sin mujeres*. Santiago de Chile, CUDS, 2011. p. 59-75.

SCHLICHTER, A. Do Voices Matter? Vocality, Materiality and Gender Performativity. *Body & Society*. v. 17, n. 31. 2011.

TRAUNMÜLLER, H.; ERIKSSON, A. *The frequency range of the voice fundamental i the speech of male and female adults*. Web site of the Department of Linguistics, Stockholm University. 198?. Disponível em: http://www.ling.su.se/staff/hartmut/f0_m&f.pdf Acesso em: 2 abr. 2022.



Recebido em 11/09/2022. Aceito em 06/10/2022